



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios

Reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação - SEDES/SEEDS/SUAG/COLIC

RECONHECIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2023

Trata-se de solicitação de participação da servidora **Renata Marinho O'Reilly Lima, matrícula 277089X**, no *49º Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal - Sustentabilidade e direito ao futuro: o papel da Advocacia Pública*, que acontecerá de **06 a 09 de novembro, na cidade de Florianópolis/SC**, com valor total de inscrições R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), conforme especificações no Projeto Básico - SEDES/SEEDS/SUAG (120134124), e Proposta Comercial (124259844).

O Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e Distrito Federal terá como tema principal a *Sustentabilidade e direito ao futuro: o papel da Advocacia Pública*. A programação do congresso envolve matérias referentes à sustentabilidade e sua relação com o meio ambiente, as contratações públicas, a governança pública e responsabilidade social. Também serão abordados temas acerca de teses de Direito Constitucional, Direito Administrativo, dentre outros. Os conhecimentos a serem adquiridos com o congresso é de fundamental importância para os trabalhos desempenhados na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes).

A interligação entre sustentabilidade e meio ambiente desempenha um papel fundamental na assistência e no desenvolvimento social, ao preservar recursos naturais essenciais e melhorar as condições de vida das comunidades vulneráveis. Ao garantir a conservação dos ecossistemas, reduzir emissões poluentes e promover uso responsável dos recursos, promovemos um ambiente mais saudável, influenciando positivamente a saúde, segurança alimentar, acesso à água limpa e habitação digna para os segmentos fragilizados da sociedade. Portanto, a busca pela sustentabilidade e proteção ambiental é essencial para o avanço da assistência social e do desenvolvimento inclusivo.

Por fim, cumpre ratificar que reúne-se acerca da necessidade de capacitação especializada dos servidores, no formato presencial, pela escolha da empresa e palestrantes, o desenvolvimento eficaz, ágil, vantajoso, diminuição de gastos, diminuição de erros nos atos administrativos por parte dos atores envolvidos no objetivo de alcance das políticas públicas da assistência social e segurança alimentar e nutricional.

Cediço que a realização de contratos pela Administração Pública exige, em regra, a obediência ao certame licitatório (princípio da obrigatoriedade de licitar). Contudo, há exceções a esta obrigatoriedade que encontram fundamento no próprio texto constitucional, uma vez que o inciso XXI do artigo 37, da Constituição Federal, ao estabelecer a obrigatoriedade do procedimento de licitação para os contratos feitos pela Administração, esclarece que existem exceções em casos específicos tratados na legislação.

A contratação direta por inexigibilidade de licitação está prevista no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 e pressupõe inviabilidade de competição. De acordo com o dispositivo:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Nesse sentido, comenta Marçal Justen Filho:

"A redação do art. 25 determina, de modo inquestionável, que as hipóteses referidas nos incisos são meramente exemplificativas. Portanto, pode haver inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das situações referidas nos três incisos do art. 25"

A inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores em razão de existir apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, podendo também, decorrer da impossibilidade de comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem natureza técnica e ser, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa. Em ambas as hipóteses, a licitação não é caminho adequado para o atendimento do interesse público. Primeiro, porque havendo apenas uma proposta, não se prestará a sua finalidade principal, qual seja, eleger a melhor dentre várias (art. 2º da Lei nº 8.666/1993). Segundo, porque as características peculiares do objeto impedem um julgamento objetivo, o que estaria em descompasso com a determinação do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Convém transcrever os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello a respeito do tema:

"São licitáveis unicamente objetos que possam ser fornecidos por mais de uma pessoa, uma vez que a licitação supõe disputa, concorrência, ao menos potencial, entre ofertantes (...).

Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja".

Neste diapasão, alguns posicionamentos merecem ser expostos sobre natureza singular, completando a tríade exigência para contratação por inexigibilidade de procedimento licitatório.

"A natureza singular do serviço advocatício se caracterizará em virtude da presença de requisitos de diferente natureza: a complexidade da questão, a especialidade da matéria, a sua relevância econômica, o local em que se exercitará a atividade, o grau de jurisdição e assim por diante" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9ª ed. São Paulo: Dialética, 2002. p. 281)".

"Serviços singulares são aqueles que apresentam características tais que inviabilizam, ou pelo menos dificultam, a sua comparação com outros, notória especialização tem o profissional que, sem ser o único, destaca-se entre os demais da mesma área de atuação..." (TJRJ, AC 6648/96, Des. Sérgio Cavalieri Filho)".

"Cabe ressaltar que a doutrina e a jurisprudência, bem como julgados dos Tribunais de Contas, têm reconhecido a inviabilidade de competição para os serviços jurídicos ou de natureza advocatícia, que se inserem, sem dúvida, no rol do art. 13 (inciso I, II e IV), desde que tais serviços não sejam padronizados (como o ajuizamento de milhares de execuções da previdência social), mas, ao contrário, tenham natureza singular, ou características individualizadoras, e os profissionais prestadores sejam de notória especialização". (Licitação e Contrato Administrativo. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 108)".

Considerando o disposto no art. 26, parágrafo único, que versa:

"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

I - A situação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Empresa ASSOCIACAO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ nº 80.151.129/0001-30 encontra-se em convergência com os artigos 27 e 29 da Lei nº 8.666/93, consoante certidões juntada aos autos (124391092) ;

II - Foi juntada ainda a Habilitação jurídica e qualificação econômico-financeira (art. 27, I e II, c/c art. 28 e art. 31 da Lei nº 8.666/93: (121088252, 121088938, 120896376).

Pelo exposto, **RECONHEÇO** a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação em favor da Empresa ASSOCIACAO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ nº 80.151.129/0001-30, consoante disposto no artigo 25, *caput*, c/c art. 26, inc. II da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, para capacitação da servidora **Renata Marinho O'Reilly Lima, matrícula 277089X**, no 49º Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal - *Sustentabilidade e direito ao futuro: o papel da Advocacia Pública*, que acontecerá de **06 a 09 de novembro, na cidade de Florianópolis/SC**, com valor total de inscrição R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), conforme especificações no Projeto Básico - SEDES/SEEDS/SUAG (120134124), e Proposta Comercial (124259844).

CAMILA AGOSTINI

Subsecretária de Administração Geral substituta

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2023

DE ACORDO. Nos termos do 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, e no uso das atribuições que me confere o artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, com delegação de competência prevista no art. 1º, parágrafo único, do [Decreto nº 41.498, de 18 de novembro de 2020](#) c/c com o art. 2º, inc. I da [Portaria nº 28, de 18 de agosto de 2023](#) **RATIFICO** a presente Inexigibilidade de Licitação, nos termos do artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) em favor da Empresa ASSOCIACAO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ nº 80.151.129/0001-30, para capacitação da servidora **Renata Marinho O'Reilly Lima, matrícula 277089X**, no 49º Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal - *Sustentabilidade e direito ao futuro: o papel da Advocacia Pública*, que acontecerá de **06 a 09 de novembro, na cidade de Florianópolis/SC**, com valor total de inscrição R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), conforme especificações no Projeto Básico - SEDES/SEEDS/SUAG (120134124), e Proposta Comercial (124259844).

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral com vistas à posterior publicação no DODF.

JEAN MARCEL PEREIRA RATES

Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA AGOSTINI - Matr.1695044-5**, **Subsecretário(a) de Administração Geral substituto(a)**, em 26/10/2023, às 17:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JEAN MARCEL PEREIRA RATES - Matr.1771191-1**, **Secretário(a) Executivo(a) de Desenvolvimento Social do Distrito Federal**, em 26/10/2023, às 19:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **125505017** código CRC= **53EC98F2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPN Quadra 515 Lote 02 Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70.770-502 - DF
Telefone(s): 3773-7149
Sítio - www.sedes.df.gov.br
